

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte CORREIO BRASILENSE

Class.: 11

Data 19/08/87

Pg.: _____

Funai quer exploração de madeira em área indígena

A Funai assinará em breve uma portaria conjunta como Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) para permitir a "exploração racional" de madeira em áreas indígenas. A informação é do presidente da Funai, Romero Jucá, que há um mês assinou portaria conjunta com o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), possibilitando que companhias de mineração explorem o subsolo das terras indígenas, repassando às comunidades royalties, de quatro a seis por cento do que for apurado.

— Eles querem melhorar e ter recursos — disse Jucá, tendo a seu lado Edgar Fernandes Rodrigues Baré, que afirma ser de "ascendência indígena Baré" e "presidente da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, representando por eleição legal e democrática cerca de 45 mil índios". Os povos indígenas da região do Alto Rio Negro, segundo Edgar, "não são patrimônio da humanidade", nem admitem sua preservação em redoma de cristal, impedidos de evoluir.

O assessor jurídico do Cimi, Júlio Gaiger, contestando a portaria da Funai que permite a mineração em terras indígenas, lembrou que as nações indígenas norte-americanas Hopi e Navajos também optaram, num determinado mo-

F. GUALBERTO



Jucá e Edgar: exploração racional de madeira

mento, pela exploração de seu subsolo. "Constituíram joint ventures com empresas de mineração para extração de urânio e carvão e hoje estão enfrentando o maior problema de desestruturação cultural de toda a sua história, apresentando um dos mais altos índices de suicídio juvenil dos Estados Unidos.

DEMARCAÇÃO

A demarcação das terras indígenas no território de Roraima como ação política governamental prioritária, e a completa definição fundiária em Roraima pelo Mirad, de

modo que as áreas rurais que permanecerem fora das que pertençam aos índios fiquem corretamente definidas, serão objeto de estudo na próxima reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), do Ministério da Justiça, que se realizará em Conceição do Araguaia (PA), no começo de setembro.

As propostas constam do voto do conselheiro e subprocurador da República, Cláudio Fonteles, que esteve na maloca Santa Cruz, para apurar o conflito entre os índios Makuxis e agentes de segurança da fazenda Guanabara.